

GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

Dólar cai a R\$ 5,10 após trégua

Mercado reage com otimismo ao acordo de cessar-fogo entre EUA e Irã — apesar dos ataques de Israel contra o Líbano

» PEDRO JOSÉ*

A trégua de duas semanas anunciada por Estados Unidos e Irã, com promessa de reabertura do estreito de Ormuz, derrubou os preços do petróleo. Desde a noite de terça-feira, quando foi anunciado um cessar-fogo, o barril do tipo Brent, referência global, caiu cerca de 13,3% e passou a ser negociado a US\$ 94,75 por volta do horário do fechamento.

Já o petróleo negociado nos Estados Unidos chegou a registrar queda de 15,69%, atingindo os US\$ 95,20. A redução ocorreu após semanas de alta provocada pela guerra, período em que o petróleo chegou a superar o patamar de US\$ 100 por barril e pressionou os custos de energia em diferentes países.

No Brasil, o cenário externo mais favorável influenciou o câmbio e o mercado acionário. O dólar comercial encerrou o dia cotado a R\$ 5,10, com queda de 1,01%. Foi o menor patamar registrado em praticamente dois anos, desde maio de 2024.

Na B3, o índice Ibovespa atingiu recorde intradiário e fechou no maior patamar da série, com alta de 2,09%, aos 192.201,16 pontos. O desempenho foi impulsionado pela redução da aversão ao risco após o anúncio do cessar-fogo.

As Bolsas da região Ásia-Pacífico também registraram alta, com avanço de 5% no índice japonês Nikkei 225, quase 6% no Kospi, da Coreia do Sul, e ganhos de 2,8% no Hang Seng, de Hong Kong, e de 2,7% no ASX 200, da Austrália.

Na avaliação do economista e diretor da VLGI Asset, Matheus Portela, a reabertura do Estreito de Ormuz depende da estabilidade do acordo. “O fechamento do

SHADI J. H. ALASSAR/AFP



O cessar-fogo temporário de duas semanas permitiu que navios atravessassem o Estreito de Ormuz, acalmando o mercado internacional

Estreito de Ormuz reduz o fluxo comercial de petróleo e outras mercadorias, elevando consideravelmente o custo de energia e transporte, pressionando a inflação global e, consequentemente, os preços domésticos. Com a reabertura, se for estável e duradoura, esse movimento tende a se reverter, aliviando a inflação no Brasil”, ponderou.

Segundo ele, a tendência de queda pode chegar aos

combustíveis no curto prazo. “Se o mercado entender que a reabertura é consistente, a cotação do petróleo no mercado internacional tende a recuar, o que pode se refletir de forma relativamente rápida no preço dos combustíveis.”

Esse movimento, no entanto, tende a ser efêmero. Os ataques de Israel contra o Líbano e a decisão de Teerã de fechar novamente o Estreito de Ormuz ontem mostram a

fragilidade do cessar-fogo anunciado pelo governo de Donald Trump e pelo regime dos aiatolás (leia mais na página 9).

Impacto inflacionário

Sobre o comportamento dos mercados, Matheus Portela aponta diferenças entre o cenário externo e o doméstico. “No cenário internacional, a reação tem sido mais

intensa, diante do receio de retomada da inflação global. No Brasil, a possibilidade de ganhos com exportação de commodities e uma política monetária já mais restritiva têm contribuído para efeitos mais moderados no mercado financeiro, embora ainda relevantes na economia real”, observa o especialista.

Apesar do alívio recente nos preços internacionais, um eventual agravamento do conflito ainda

é visto como risco para a economia brasileira. O estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) indica que a inflação pode subir até 7,66% em cenários mais extremos, impulsionada pelo aumento dos custos de energia e de insumos estratégicos.

De acordo com o economista-chefe da Fiemg, João Gabriel Pio, o principal impacto ocorre pelo aumento de custos. “O estudo mostra que o impacto para o Brasil ocorre predominantemente pelo canal de custos. Ou seja, mesmo com efeitos relativamente limitados sobre a atividade, a inflação tende a subir de forma relevante, pressionando empresas e consumidores. Em cenários mais extremos, esse movimento pode comprometer a competitividade da indústria e exigir maior atenção da política econômica”, afirma.

Para o economista e autor em geopolítica Máximo Della Justina, a queda recente no preço do petróleo não elimina a necessidade de cautela na política econômica. Segundo ele, a manutenção de subsídios deve considerar o efeito econômico das medidas.

“Também há que se quantificar os custos da subvenção e, desde que sejam inferiores ao efeito multiplicador econômico positivo que eles causam, é racional mantê-los”, acrescenta.

O economista também aponta a necessidade de instrumentos de financiamento para lidar com choques externos. “Para esses momentos, se faz necessário o país ter um Fundo Soberano, que possa ser emprestado e depois devolvido, a exemplo da Noruega”, propõe.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

TRABALHO

Governo confirma PL contra 6x1

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» EDUARDA ESPOSITO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que enviará ao Congresso, ainda nesta semana, o projeto de lei que prevê o fim da escala de trabalho 6x1. O tema, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal via proposta de emenda à Constituição (PEC), ainda não há previsão para análise dos deputados.

“Estou mandando o projeto de lei essa semana para o Congresso Nacional. Hugo Mota (presidente da Câmara) tem uma PEC que ele gostaria de colocar em votação, mas o governo vai apresentar o seu projeto essa semana”, afirmou Lula, em entrevista ao ICL Notícias. “A ideia é a redução da jornada (sem) redução do salário, o que significa aumento de ganho de produtividade”, completou o presidente, ao ressaltar que o projeto a ser enviado pelo governo até amanhã vai garantir que a redução da carga horária venha sem perda de salário.

Essa garantia, inclusive, será pontuada como “inegociável” pelo governo. Fontes que acompanham a elaboração da proposta no Planalto confirmaram ao **Correio** que o Executivo tampouco abre mão de dois pontos: o descanso mínimo de dois dias para o trabalhador e jornada de no máximo 40 horas semanais.

Minuta

Essas condições fazem parte de uma minuta que vem sendo analisada pelos ministérios da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência e do Trabalho e Emprego. Ontem, o documento teve o aval da Secretaria-Geral. O titular da pasta, Guilherme Boulos, endossou a informação de que Lula enviará esta semana um projeto de lei (PL) em regime de urgência sobre o fim da escala 6x1. E aumentou a pressão sobre o Congresso Nacional e a oposição.

“Agora é a vez do trabalhador brasileiro. Se você é a favor do fim da escala 6x1, se posicione, compartilhe este vídeo e vamos garantir que esse projeto seja aprovado

Tomaz Silva/Agência Brasil



Boulos: eleitor saberá quem está do lado do trabalhador no debate

em 90 dias”, publicou Boulos, ontem, em seu perfil nas redes sociais.

Segundo Boulos, no entanto, o envio do PL que prevê urgência para votação do fim da escala 6x1 fará com que a população saiba quais parlamentares são contrários à proposta. “Lula vai enviar em regime de urgência o PL pelo fim da escala 6x1 e quem for contra os trabalhadores vai ter que deixar sua digital”, manifestou Boulos, sobre o fato de que, se for colocado em regime de urgência, o projeto de lei terá de ser votado em até 45 dias.

A discussão do fim da escala 6x1 por meio de projeto de lei no parlamento foi criticada, nesta quarta, pelo líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (CE). Embora reconheça a prerrogativa do Executivo de enviar o projeto, o cenário atual da Câmara mostra que o governo tem minoria, segundo ele.

“Sei que no governo tem a opinião que devia ter mandado o PL há muito tempo e eu estou segurando. Já recebi reclamação e disse: tenha calma, tudo se resolve com diálogo. A não ser que a Câmara interdite-se, não pode empurrar desse jeito, tem que ser mediada com o setor e os trabalhadores, construir um consenso”, ressaltou o deputado.

Ao confirmar o envio do projeto de lei, o governo se contrapõe aos planos de Motta. Na terça-feira, ele disse que o Executivo havia desistido de tomar a iniciativa. E

anunciou qual seria o rito legislativo. “Nós iremos analisar a matéria por projeto de emenda à Constituição. A admissibilidade deverá ser votada na próxima semana no CCJ. Imediatamente, criaremos a comissão especial para trabalharmos a votação em plenário até o final do mês de maio”, estimou.

Críticas

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) é contrária à aprovação da matéria neste momento. “No caso de um projeto de lei que prevê tramitação mais rápida, haverá o atropelo dos debates. Essa votação precisa ser adiada para 2027. É preciso serenidade para ouvir todos os envolvidos, em especial os pequenos e médios empreendedores”, afirmou a entidade, em nota.

A Confederação Nacional das Indústrias (CNI), por sua vez, sustenta que uma redução para 40 horas semanais provocaria distorções no modelo atual de CLT. “A Constituição estabelece o limite máximo de 44 horas semanais, mas permite ajustes, arranjos diferentes, customizados por negociação coletiva, de modo a atender às necessidades e interesses de trabalhadores e empresas. Isso já ocorre na prática”, disse Sylvia Lorena de Sousa, representante da CNI, durante audiência pública na Câmara dos Deputados.

LUZES DO CERRADO
Cultura e Energia de Brasília

Prepare o seu feriado!

Nos dias 20 e 21 de abril, a Maratona Brasília 2026 convida você para uma programação cultural imperdível.

São dois dias com atrações que unem arte, esporte, música e muita energia para toda a família.

Em breve, a programação completa.

Venha viver essa energia!

